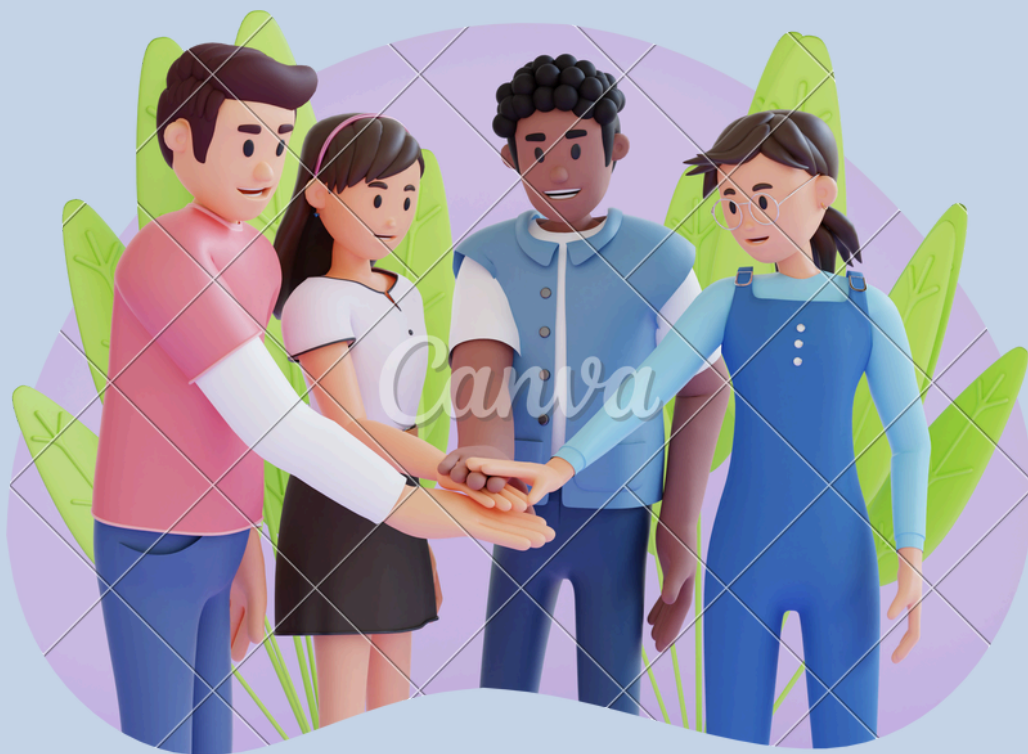


Programa Jovem Defensoria



Programa Jovem Defensor/a

Brasil e a Educação em Direitos Humanos

Desde 1948, com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), vem ocorrendo uma transformação no comportamento social e na criação de instrumentos e mecanismos internacionais de direitos humanos, contudo, mesmo com os avanços, tem-se observado um descompasso entre os avanços e a concreta efetivação dos direitos (Brasil, 2018).



Em decorrência dos conflitos e das diversas violações dos direitos, torna-se necessário e urgente a educação em direitos humanos, indispensável para a defesa, o respeito, a promoção e a valorização desses direitos (Brasil, 2018).

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para o Brasil pois consagrou o Estado Democrático de Direito e reconheceu, entre seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana e os direitos ampliados da cidadania, no entanto, ainda é necessário avançar no que diz respeito à dignidade da pessoa humana e a qualidade de vida (Brasil, 2018). Em 2003, o Brasil lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEOH) e almeja, sobretudo, difundir a cultura de direitos humanos no país (Brasil, 2018).



Programa Jovem Defensor(a)

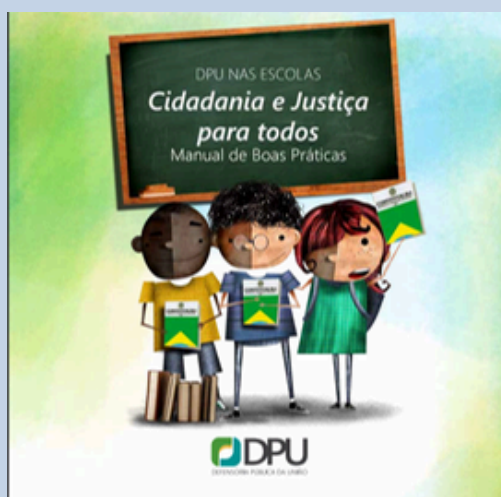


DPU e Educação em Direitos Humanos

A Defensoria Pública oferece assessoria jurídica como também é responsável por realizar a orientação jurídica para a promoção de direitos humanos. Em relação a esse tema, a DPU tem como objetivos a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais bem como a prevalência e efetividade dos direitos humanos.

Nesse sentido, a educação para os Direitos Humanos é um importante eixo de atuação da DPU, desenvolvido por meio de projetos (como o DPU nas escolas), da comunicação (produção de vídeos, programas de rádios, notícias, dentre outros produtos), da realização de eventos e de cursos de formação na área, da produção de conhecimento e demais ações voltadas para garantir a difusão de informação sobre direitos e como acessá-los. Para esse projeto, pretende-se abordar a educação em direitos a partir de uma perspectiva interseccional, correlacionando com questões de gênero, raça/etnia, condição de deficiência e dentre outros.

O Programa Jovem Defensor(a) vem agregar a essas ações proporcionando uma aproximação com os estudantes e as escolas, em torno de temas selecionados.



1º Concurso: "Eu tenho direitos e a DPU está comigo"
Rap criado pelos alunos Anderson, Bruno, Mateus, Rodrigo e Ueslei, da Escola Municipal Paulo Freire, em Petrolina/PE

Programa Jovem Defensor/a

Objetivos

Objetivo Geral:

Promover ações de educação em direitos, com abordagem interseccional, voltadas para estudantes dos últimos anos do ensino fundamental da rede pública de ensino e para profissionais da área de educação.



Objetivos específicos:

- Ofertar um curso presencial para Defensores/as Públicos/as para atuar no programa;
- Ofertar oficinas presenciais e virtuais para os escolares realizadas pelos Defensores/as;
- Realizar concurso para os estudantes para premiar os melhores vídeos sobre a temática de direitos humanos;
- Ofertar um curso autoinstrucional para profissionais da área de educação e população em geral em Direitos Humanos e o funcionamento da DPU;
- Desenvolver estratégias de comunicação e divulgação das ações constitucionais da DPU; e
- Estabelecer parcerias com diversos setores estaduais, municipais e federais, articulando as ações desse projeto com outras ações em curso.